



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://novosestudios.com.br/produto/edicao-69/>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2004 by Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO

Eduardo Barros Mariutti

RESUMO

O artigo sistematiza as reflexões da perspectiva de análise do "sistema-mundo", estreitamente ligada ao pensamento do cientista social norte-americano Immanuel Wallerstein acerca do caráter transnacional do capitalismo desde a publicação do primeiro volume de *The modern world-system*, em 1974. Examinam-se os argumentos e as categorias mobilizados por esse autor para explicar a singularidade da ascensão do capitalismo no Ocidente e apreender a dinâmica do sistema-mundo moderno, bem como as principais características epistemológicas dessa linha de pensamento.

Palavras-chave: sistema-mundo; Immanuel Wallerstein; capitalismo; relações internacionais.

SUMMARY

This article systematizes the analyses of world-system's perspective, which is closely related to the North-American social scientist Immanuel Wallerstein's thought about capitalism's transnational character, since the publication of the first volume of *The Modern World-System*, in 1974. It examines the arguments and categories mobilized by the author to explain the uniqueness of capitalism ascension in the West and to understand the dynamics of modern world-system, as well as the main epistemological features of this trend of thought.

Keywords: world-system; Immanuel Wallerstein; capitalism; international relations.

A chamada "perspectiva do sistema-mundo" começa a se consolidar como corrente de pensamento autônoma na segunda metade dos anos 1970, desde então tornando-se indissolúvelmente ligada ao nome do cientista social Immanuel Wallerstein, vinculação que é reconhecida tanto pelos seus adeptos quanto por seus adversários. Embora a preocupação com o caráter transnacional do capitalismo remonte pelo menos à segunda metade do século XIX, há quase um consenso de que a publicação do primeiro volume de *The modern world-system* (1974) demarca o surgimento de uma nova modalidade de reflexão, com uma problemática razoavelmente definida e um campo conceitual próprio. Discutiremos aqui as principais características dessa perspectiva de análise, e para tal nos apoiaremos fundamentalmente na obra de Wallerstein, já que todas as variantes da perspectiva do sistema-mundo estão relacionadas a essa obra, por aproximação ou por distanciamento relativo. Antes, porém, retrataremos o contexto em que ela ganhou corpo.

Ecoando um célebre princípio materialista, Wallerstein reconhece que a análise do sistema-mundo¹ somente tomou forma nos anos 1970 porque as condições para a sua emergência já estavam amadurecidas. Os primeiros impulsos nesse sentido ocorrem nos 25 anos posteriores a 1945, quando os cientistas sociais da Europa e dos Estados Unidos "descobrem" o Terceiro Mundo como uma realidade que não se encaixa perfeitamente na estrutura das ciências sociais herdada do século XIX. Como uma primeira resposta a essa inadequação emergem com força os "estudos de área", trazendo inquietantes preocupações epistemológicas: seus adeptos afirmavam que as "teorias" das ciências sociais não dizem respeito apenas à Europa e à América do Norte, podendo ser utilizadas também para o estudo das demais regiões do globo, embora não de forma imediata, pois essas áreas apresentam peculiaridades que não podem ser desprezadas. Não é difícil notar a tensão que se situa na raiz desse tipo de análise, como aponta Wallerstein:

Argumentar simultaneamente que as condições são as mesmas e que são diferentes não é a coisa mais fácil de se fazer. Mas os adeptos dos estudos de área encontraram uma solução engenhosa, e mais plausível, para o aparente dilema. Eles basearam seu trabalho numa perspectiva que já se encontrava difundida entre as ciências sociais: [a de que] existem estágios que [toda] sociedade atravessa e que representam um progresso evolucionário².

Dessa forma, a resposta mais imediata ao impasse criado pela constatação das peculiaridades do Terceiro Mundo foi a formulação do que se convencionou denominar "teoria da modernização". De acordo com essa perspectiva, todos os Estados apresentam simultaneamente um conteúdo geral e singular: o caráter geral reside na seqüência de estágios a serem atravessados, enquanto o particular é definido pelo estágio em que cada Estado se encontra no momento, por suas diferenças em relação aos Estados desenvolvidos (que representam a unidade de referência) e pelo tempo que se leva para passar de um estágio a outro. Segundo Wallerstein, um dos grandes impulsos à análise do sistema-mundo proveio exatamente da crítica dos pressupostos subjacentes a essa interpretação: em primeiro lugar, a crítica da idéia de que os Estados representam a unidade operacional da sociedade, atuam de forma autônoma e não são afetados por fatores externos às suas fronteiras; em segundo lugar, a crítica da noção de uma lei geral de desenvolvimento social (isto é, os estágios e sua seqüência) que inevitavelmente conduziria as sociedades atrasadas ao estágio em que se encontram as nações desenvolvidas.

Pode-se afirmar portanto que a análise do sistema-mundo tomou forma inicialmente por oposição à teoria da modernização, a qual, segundo Wallerstein, ficou muito desgastada após a "revolução mundial de 1968"³, cujo efeito principal foi uma desilusão generalizada ante os resultados dos

(1) Wallerstein resiste ao termo "teoria" do sistema-mundo porque sua abordagem se fundamenta principalmente na crítica dos pressupostos das ciências sociais existentes (cf. Wallerstein, Immanuel. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Nova York: Academic Press, 1974, pp. 9-11; *Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms*. Cambridge, MA: Polity Press, 1991, pp. 1-4, 237-56) e também porque considera que ainda seria cedo demais para uma teorização: "Tenho considerado o trabalho dos últimos vinte anos e de mais alguns que virão como o de limpar a vegetação rasteira para que possamos construir um aparato mais adequado para as ciências sociais" (Idem. "The rise and future demise of world-systems analysis". *Review*, vol. XXI, nº 1, 1998, p. 103). Em seu entender, portanto, não há ainda uma teoria do sistema-mundo em geral nem do sistema-mundo capitalista.

(2) Idem, "The rise and future demise...", loc. cit., p. 104.

(3) No mundo marcado pela Guerra Fria eram claras as implicações político-estratégicas da teoria da modernização, pois havia apenas dois modelos a serem seguidos pelos "países atrasados": o dos Estados Unidos e o da União Soviética. No entanto, "essas implicações políticas foram objeto de uma rejeição furiosa por parte dos revolucionários de 1968. Foi um salto relativamente curto para eles [...] negar as premissas epistemológicas [da teoria da modernização]. Isso criou uma atmosfera mais receptiva ao tipo de protesto que a análise do sistema-mundo representava. É importante lembrar essa intenção original da análise do sistema-mundo, o protesto contra a teoria da modernização, se quisermos entender as direções que ela tem tomado desde então" (ibidem, p. 106). Ver também: Idem, *Unthinking social science...* loc. cit., pp. 266-72; Arrighi, Giovanni. "Capitalism and the modern world-system: rethinking the non-debates of the 1970's". *Review*, vol. XXI, nº 1, 1998, pp. 114-16.

movimentos anti-sistêmicos (movimentos de libertação nacional, o movimento comunista e a social-democracia⁴) e sua perspectiva de criação de uma sociedade mais igualitária e mais democrática. Tal desilusão acabou por abalar fortemente a crença na inevitabilidade do progresso, pilar fundamental da ideologia liberal⁵. Esse quadro de descontentamento, em conjunto com a criação de uma base institucional⁶, favoreceu a consolidação e o desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo.

O sistema-mundo moderno

Há uma forte correlação entre a formação do sistema mundial capitalista e o estabelecimento da ciência "moderna". A fim de nos aproximarmos mais rapidamente do nosso problema, restringiremos um pouco mais essa afirmação: há uma conexão entre a consolidação de uma economia-mundo baseada no modo de produção capitalista no "Ocidente" em expansão (c.1640-1815) e a constituição das ciências sociais (c.1850-1914 ou 1945), isto é, a formação de um domínio específico do conhecimento, dividido em disciplinas supostamente autônomas (antropologia, ciência política, economia, geografia, história e sociologia), e de um aparato institucional capaz de preservar e fomentar a especialização do conhecimento. Isso ocorre a par da conversão da economia-mundo européia em um empreendimento realmente global (1815-1917), que reforça a divisão do conhecimento estabelecida no núcleo do sistema e a impõe praticamente em todo o planeta.

Essa correlação fica ainda mais nítida se levarmos em conta a grande questão que subjaz a todas as disciplinas das ciências sociais: explicar a ascensão do "Ocidente", isto é, o processo geral do qual elas próprias são uma expressão⁷. Esse fenômeno recebeu diversas denominações, tais como "expansão da Europa", "origem da modernidade", "transição do feudalismo ao capitalismo" e, mais recentemente, "milagre europeu". Cada uma dessas denominações reflete, em graus variados, a divisão do conhecimento em disciplinas e o conflito entre modalidades de reflexão distintas, que iluminam certos aspectos da realidade e ao mesmo tempo obscurecem os demais. Deixaremos momentaneamente de lado as questões referentes à legitimidade da clivagem da realidade em segmentos autônomos, aos quais corresponderiam disciplinas específicas, para nos concentrar na própria discussão em torno da origem do capitalismo/modernidade.

É difícil encontrar quem discorde de que o Ocidente foi palco de uma transformação singular na história da humanidade. Mas só há consenso se nos situamos nesse alto grau de generalidade: qualquer refinamento da análise traz à tona controvérsias acaloradas. O que é o Ocidente? Quais são as suas fronteiras espaciais e temporais? A ascensão do Ocidente se deu em razão do declínio de outros sistemas sociais ou, antes, ele floresceu endogenamente e induziu o resto da humanidade a seguir seus passos? O que determinou essa transformação, isto é, que forças dinamizaram o processo?

(4) Wallerstein, Immanuel. "Typology of crises in the world-system". *Review*, vol. XI, nº 4, 1988, pp. 587-92.

(5) Cf. Idem. *Social science and contemporary society: the vanishing guarantees of rationality*. Nova York: Fernand Braudel Center, 1995 (série Papers); *Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of the world-system*. Nova York: Fernand Braudel Center, 1999 (série Papers).

(6) O núcleo institucional da perspectiva do sistema-mundo é composto principalmente pelo Fernand Braudel Center (fundado em 1976, ligado à State University of New York em Binghamton e dirigido por Wallerstein), pelo periódico *Review* (criado em 1977) e pela seção Political Economy of the World-Systems da American Sociological Association.

(7) Cf. Idem, *Unthinking social science...*, loc. cit., pp. 7-22; "The challenge of maturity: whither social science". *Review*, vol. XV, nº 1, 1992; "The West, capitalism, and the modern world-system". *Review*, vol. XV, nº 4, 1992, pp. 561-63; *The time of space and the space of time: the future of social science*. Nova York: Fernand Braudel Center, 1996 (série Papers), pp. 3-9.

A luta de classes? O progresso técnico? A radicalização e a difusão de uma tendência à racionalização da ação social, materializada inicialmente na ampliação da rede comercial e depois na secularização de todas as esferas da ação social? Essa é uma pequena amostra das intrincadas questões que têm sido incessantemente debatidas desde, pelo menos, a formação das ciências sociais.

Há ainda explosivas questões derivadas. *i)* Sobre o sistema social que precedeu o capitalismo, designado predominantemente como "feudalismo". Quais foram as suas características fundamentais? O feudalismo apresentava alguma dinâmica própria? Caso positivo, como ela operava ou com que aparato conceitual podemos apreendê-la? O feudalismo é uma especificidade da Europa? O capitalismo resulta de sua crise? O que determinou essa crise? *ii)* Sobre os padrões de desenvolvimento distintos no interior da Europa. Por que a Inglaterra, e não a França ou a Holanda, acabou tomando a dianteira do processo? A sua trajetória se deu a expensas dos demais Estados ou decorreu fundamentalmente das peculiaridades da sociedade inglesa? Há um movimento comum da Europa ocidental que se expressa de forma ligeiramente diferenciada em algumas regiões ou, antes, o Ocidente é composto por um conjunto de Estados diferentes que trilham caminhos paralelos que podem convergir ou divergir ao longo do tempo, cada um deles possuindo uma lógica própria (múltiplas "transições")? *iii)* Sobre as demais regiões "civilizadas" do mundo. Por que a China, a Índia e o mundo islâmico não conseguiram transitar ao capitalismo antes que a Europa, já que em alguns aspectos essas civilizações eram mais desenvolvidas?

Um estudo sobre a formação do capitalismo, a origem da modernidade e a ascensão do Ocidente deveria contemplar simultaneamente essa multiplicidade de questões. Isso é possível? Os adeptos da perspectiva do sistema-mundo — Wallerstein em particular — suspeitam que não. Pelo menos enquanto as tensões não resolvidas que se encontram no âmago das ciências sociais não forem realmente enfrentadas. Desse modo, a melhor maneira de apresentarmos a posição de Wallerstein em face desse problema é partir de sua reflexão sobre dois tipos de interpretação da ascensão do Ocidente: as explicações civilizacionais e as conjunturais.

Explicações civilizacionais

Nessa categoria podemos incluir todas as interpretações que em alguma medida se baseiam no princípio de que a singularidade do desenvolvimento ocidental iniciado a partir do século XVI decorre de algum elemento estrutural ou alguma característica civilizatória que remonta a um fenômeno muito mais antigo. Esse legado representaria o fator que possibilitou ao Ocidente trilhar um caminho vedado às demais civilizações desde aquele século. Entre as interpretações civilizacionais, uma das mais conhecidas é aquela elaborada por Max Weber. Logo no primeiro parágrafo de

A ética protestante e o espírito do capitalismo ele lança a grande indagação que, em maior ou menor medida, perpassa toda a sua obra: a qual conjunto de fatores pode ser atribuído o fato de que somente na civilização ocidental tenham florescido fenômenos culturais dotados de significado e valor universais⁸? Retomemos brevemente o raciocínio desenvolvido pelo autor para responder a essa questão.

Sabendo de antemão que o capitalismo surgiu no Ocidente, Weber isolou algumas das suas características mais importantes. Em seguida, estudou civilizações que não vivenciaram o florescimento do capitalismo e nelas identificou alguns elementos comuns ao capitalismo moderno. Logo, conclui Weber, tais características compartilhadas *não* constituem a variável decisiva para explicar a originalidade do desenvolvimento ocidental. Nos moldes em que é feita essa constatação, o desdobramento do raciocínio é quase automático: a especificidade do Ocidente repousa em grande medida na sua *herança judaico-cristã*, a qual assumiu uma forma peculiar a partir da Reforma e da emergência da ética protestante no século XVI. Esse *ethos* peculiar⁹ forneceu um apoio normativo aos empreendedores capitalistas que foi decisivo na formação do capitalismo moderno: por fundamentar-se em uma conduta racional ascética derivada da idéia de vocação, o capitalismo configura uma *individualidade histórica*¹⁰, que não se confunde com a eterna e onipresente *auri sacra fames*. Não cabendo aos nossos propósitos aprofundar essa síntese da interpretação de Weber, retenhamos então o seu conteúdo civilizacional: *o suposto valor universal dos fenômenos culturais da civilização ocidental está profundamente ligado à sua remota origem cristã*.

Mas as explicações civilizacionais, lembra-nos Wallerstein, também são exploradas por autores marxistas. O exemplo mais saliente é a interpretação de Perry Anderson sobre o declínio do absolutismo e a transição ao modo de produção capitalista. Para evidenciar o caráter civilizacional do argumento de Anderson deve-se levar em conta a sua insistência em afirmar que o capitalismo só pode ter emergido do modo de produção feudal (ou, pelo menos, que o feudalismo favorece esse tipo de desenvolvimento), o qual preponderou somente na Europa e no Japão¹¹. Essa constatação é feita com um propósito muito preciso: investir contra a tendência de parte da historiografia marxista a universalizar o feudalismo, isto é, a transpor um conceito derivado do passado da Europa para explicar a história das demais formações sociais. Curiosamente, essa investida representa uma das características mais positivas da interpretação de Anderson e ao mesmo tempo um dos seus pontos mais vulneráveis. Vamos nos deter um pouco mais nesse aspecto.

Antes de mais nada, retomemos a definição de feudalismo apresentada por Anderson em *Linhagens do Estado absolutista*. Esse modo de produção é definido "originalmente" pela *unidade orgânica* entre a economia e a dominação política na esfera da aldeia, uma unidade que se distribuía em uma cadeia de *soberanias parcelares*¹². Esse amálgama entre a esfera econômica e a política é que garantiu o dinamismo ímpar da Europa

(8) Weber, Max *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 9ª ed. São Paulo: Pioneira, 1991, p. 1.

(9) Sobre o significado particular de *ethos* na explicação de Weber, cf. *ibidem*, pp. 31ss.

(10) "Se puder ser encontrado algum objeto ao qual esse termo ["espírito do capitalismo"] possa ser aplicado com algum significado compreensível, ele apenas poderá ser uma individualidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica que unimos em um todo conceitual do ponto de vista de um significado cultural" (*ibidem*, p. 28).

(11) Anderson, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. Londres: Verso, 1979, pp. 401-03.

(12) *Ibidem*, p. 19.

e que, ao mesmo tempo, invalida teoricamente a tendência a fazer do feudalismo um "oceano onde virtualmente todas as sociedades podem receber o seu batismo"¹³. Mas, e o Japão: não compartilhava essa característica decisiva? O próprio Anderson se faz essa pergunta, e em sua resposta o elemento civilizacional finalmente entra em cena: apesar do "ciclo comum do feudalismo", a Europa tinha algo que faltava ao Japão — *o legado da Antiguidade clássica*.

(13) Ibidem, p. 3.

A despeito do alto grau de urbanização, da circulação monetária e do desenvolvimento do direito, o Império Romano não foi capaz de transitar por si só ao capitalismo e entrou em colapso. O seu declínio engendrou o modo de produção feudal, que, embora caracterizado pelo predomínio do mundo rural e pela parcelarização da "propriedade" e da soberania, preservou alguns elementos do período romano. Mas preservou como? Anderson apresenta uma formulação um tanto retórica e enigmática acerca dessa questão:

O próprio avanço do universo clássico condenou [o Império Romano] a uma regressão catastrófica [...]. O mundo social muito mais primitivo dos primórdios do feudalismo foi o resultado desse colapso [...]. Então, após uma longa gestação, a Europa medieval liberou os elementos de uma lenta transição ulterior ao modo de produção capitalista, no início da era moderna. Mas o que tornou possível a singular passagem da Europa para o capitalismo foi a concatenação da Antiguidade com o feudalismo. [...] A "vantagem" da Europa sobre o Japão assenta em seu antecedente clássico, que mesmo após a Idade das Trevas não desapareceu "atrás" de si, mas sobreviveu, em certos aspectos básicos, à sua frente¹⁴.

(14) Ibidem, pp. 420-21.

Em *Passagens da Antiguidade ao feudalismo* Perry Anderson tende a identificar o legado romano basicamente à preservação da Igreja Católica, uma instituição que, conseguindo sobreviver ao colapso do Império, ajustou-se às grandes transformações que a ruralização da sociedade e a dispersão do poder político implicavam. Ele sugere que o sucesso da Igreja esteve diretamente ligado à sua capacidade de administrar, por um período relativamente longo, uma contradição fundamental: o conteúdo igualitário do cristianismo e a estrutura extremamente hierarquizada da sociedade feudal¹⁵. Em *Linhagens do Estado absolutista*, porém, Anderson não deu continuidade a essa frutífera linha de argumentação, pois passou a privilegiar o papel desempenhado pelo princípio romano de propriedade quirritária, que ressurge na Europa ocidental durante a crise do feudalismo.

(15) Idem, *Passages from Antiquity to Feudalism*. Londres: New Left Books, 1974. Assim como muitos outros críticos - tais como Teshale Tibebu ("On the question of Feudalism, Absolutism, and the Bourgeois Revolution". *Review*, vol. XIII, nº 1, 1990) -, Wallerstein não faz justiça a essa dimensão do argumento de Anderson.

Wallerstein menciona ainda outras explicações civilizacionais¹⁶, mas seria excessivo reconstituir aqui todas elas, pois para os nossos propósitos importa apenas esboçar as suas características gerais. Assim, se levarmos às últimas conseqüências esse tipo de interpretação, poderemos constatar um

(16) Wallerstein, "The West...", loc. cit., pp. 592-99.

pressuposto que geralmente não é apresentado com a devida clareza, como salienta Wallerstein:

Obviamente, qualquer ocorrência histórica possui raízes imediatas cuja derivação pode ser traçada retrospectivamente ad infinitum. Assim, se acreditarmos que a transformação crucial ocorreu há 500-2.500 anos, estaremos apresentando uma explicação genético-cultural que diz, efetivamente, que o desenvolvimento do capitalismo/modernidade" no Ocidente, e no Ocidente em primeiro lugar, foi algo "inevitável" em razão do seu sistema civilizacional anterior. Se acreditarmos porém que não há nenhuma razão para supor que o que iria ocorrer duzentos anos depois de cerca de 1300 estava inscrito em trajetórias históricas de longo prazo, mas, ao contrário, era "conjuntural", estaremos livres para avaliar a sensatez das escolhas históricas que foram realizadas e liberados do caráter auto-realizável e autocongratatório das explicações civilizacionais¹⁷.

(17) *Ibidem*, p. 590.

Nota-se que na primeira parte dessa citação a *especificidade* é no limite identificada a *inexorabilidade*: o florescimento do capitalismo moderno não foi somente uma via de desenvolvimento exclusiva do Ocidente, mas também, em certa medida, algo inevitável. Dessa forma, temos a impressão de que as transformações em pauta constituem um lento processo de maturação que, com raízes profundas em um sistema social anterior, culmina invariavelmente no estabelecimento do capitalismo. Em suma: as tendências capitalistas já estavam desenhadas na Baixa Idade Média (ou até muito antes), de modo que a explicação sobre a formação do capitalismo é na verdade uma explicação sobre como essas tendências conseguiram florescer no século XVI (ou nos três séculos seguintes), rompendo as barreiras que constroem o seu desenvolvimento. Já a segunda parte da citação nos oferece um outro modo de encarar o problema, o que nos leva a examinar um outro tipo de explicação.

Explicações conjunturais

Uma divisão radical entre as interpretações civilizacionais e conjunturais seria totalmente despropositada, pois desviaria nossa atenção do rico espectro que permeia os dois extremos. Além disso, o modo como Wallerstein caracteriza as interpretações conjunturais só faz sentido em sua relação com as civilizacionais. Tomemos a idéia do embrião capitalista que supostamente estava contido na porção ocidental da Europa medieval.

Muitos autores insistem em que os traços capitalistas presentes nessa região, embora também pudessem ser encontrados em praticamente todos

os sistemas sociais conhecidos, só germinaram no Ocidente, que representa portanto o ponto de referência para a explicação. Em virtude de circunstâncias especiais, somente a Europa ocidental teria sido capaz de superar os inúmeros constrangimentos à maturação do capitalismo. Cada explicação enfatiza um ou alguns constrangimentos principais, selecionando um ou alguns fatores contingentes para a liberação dos impulsos capitalistas, mas o princípio básico é sempre o mesmo: um excepcional conjunto de circunstâncias atuou sobre as tendências de longo prazo que modelavam o sistema social anterior ao capitalista, destruindo-as ou transformando-as em um novo conjunto de tendências, as quais foram mais favoráveis à plena manifestação do capitalismo¹⁸.

A questão muda de figura, mas não completamente. Os fatores apontados pelas explicações civilizacionais como responsáveis pela ascensão do Ocidente por volta de 1500, que remontam a um período anterior, são realmente importantes e necessários, mas não suficientes. As condições suficientes surgem de forma involuntária e contingente entre 1250 e 1450, período que muitos autores qualificam como de "crise do feudalismo", embora tal caracterização não seja consensual. Assim, o resultado do declínio do feudalismo terá sido uma dentre inúmeras possibilidades, e no calor dos acontecimentos era *intrinsecamente impossível* antecipar tal desdobramento peculiar.

Essa é exatamente a posição de Wallerstein a respeito da transição do feudalismo ao capitalismo, isto é, da *formação do sistema-mundo moderno*¹⁹. Não é à toa que o primeiro capítulo de *The modern world-system I* é intitulado "Prelúdio feudal". Podemos então compreender o ambicioso mote de Wallerstein: articular a perspectiva sincrônica (dominante entre os marxistas) com a diacrônica, tentando elucidar a complexa interação entre acaso e determinação.

A dinâmica do sistema-mundo moderno

Não há espaço aqui para reproduzirmos a dimensão historiográfica da interpretação de Wallerstein sobre a formação do sistema-mundo moderno. Contudo, as linhas básicas que a delimitam foram esboçadas nas seções anteriores, e o mesmo faremos neste passo quanto à *dinâmica do sistema-mundo* já constituído, apontando suas contradições e as categorias que foram forjadas para apreendê-la. Preliminarmente, porém, teremos de considerar a categoria sistema-mundo em seu máximo grau de generalidade.

Wallerstein define sistema-mundo como um sistema social que possui limites (potencialmente variáveis), estruturas, regras de legitimação e um certo grau de coerência. É dinâmico, pois os grupos que existem em seu interior estão constantemente envolvidos em uma luta para modelar o sistema em seu proveito. Em termos sintéticos, o que caracteriza um sistema-mundo é o fato de a sua dinâmica ser, em grande medida, interna

(18) *Ibidem*, pp. 599-600.

(19) "É interessante notar quais questões não foram formuladas, ou o foram raramente, no século XIX ou desde então. Não foi perguntado por que esse fenômeno (como quer que o chamemos) não ocorreu muito antes na história humana, digamos, há mil anos. Não foi perguntado se houve alguma alternativa histórica plausível a essa "transição" ou desenvolvimento particular. [...] Toda a discussão está de fato centrada na premissa de que o que quer que tenha ocorrido havia de ter ocorrido [...]. Se utilizarmos a analogia de uma explosão causada por uma massa crítica ou uma conjunção particular de variáveis, saber se essa 'explosão' foi intrinsecamente necessária ou historicamente 'acidental' torna-se uma questão intelectual real, que deve ser resolvida antes de se construir todo um edifício teórico para as ciências sociais históricas baseado em uma 'transição inevitável'" (*ibidem*, pp. 561-62).

(20) Wallerstein reconhece que a precariedade dessa definição é de certo modo inevitável: "O leitor pode pensar que a utilização da expressão 'em grande medida' é um tipo de subterfúgio acadêmico. Admito que não posso quantificar. Provavelmente nunca ninguém poderia fazê-lo, dado que a definição está baseada em uma hipótese contrafactual: se o sistema, por qualquer motivo, ficasse isolado de todas as forças externas (o que nunca acontece na prática), a definição implicaria que o sistema continuaria a funcionar substancialmente da mesma maneira" (Idem, *The modern world-system I*, loc. cit., p. 347).

(autocontida)²⁰. Desse modo, o próprio sistema representa a *unidade* em torno da qual *qualquer* análise deve se estruturar. Isto posto, podemos prosseguir.

Uma economia-mundo é um sistema-mundo que não é englobado por nenhuma entidade política unitária. Ao longo da história, as economias-mundo tenderam a vivenciar dois desfechos distintos: desintegração ou transformação em um *império-mundo*, isto é, em uma economia-mundo envolvida por uma única estrutura política. Essa transformação geralmente ocorre de duas maneiras: a economia-mundo pode desenvolver uma estrutura política unitária capaz de envolvê-la completamente ou então ser anexada a um império-mundo em expansão. Mas a economia-mundo capitalista — isto é, o sistema-mundo moderno — não trilhou nenhum desses caminhos: não se desintegrou, não formou uma entidade política unitária e não foi conquistada por nenhum império-mundo. Como veremos, Wallerstein sugere que essa é exatamente a sua especificidade e o segredo de sua força.

O sistema-mundo moderno configura um *todo espaço-temporal* cujo escopo espacial coincide com o eixo da divisão social do trabalho que integra as suas partes constituintes. Esse eixo se materializa numa complexa cadeia de mercadorias em que para cada processo de produção existem alguns vínculos adiante e para trás, responsáveis pela interdependência da rede planetária de valorização do capital. Por meio dessa rede, diversas formas de controle e de remuneração do trabalho são subsumidas ao capital, tais como o trabalho compulsório (e o infantil), as cooperativas de produtores independentes e as economias familiares semiproletarizadas (em que o salário é a menor parcela das diversas fontes de renda da família). O fato é que a multiplicidade de regimes de trabalho que convivem com o salariato não deve ser encarada como um mero anacronismo ou um resquício pré-capitalista. O seu papel na valorização do capital é análogo ao exercido pelas disparidades geográficas entre zonas de salários altos e baixos, criadas artificialmente pelo controle internacional sobre a mobilidade da mão-de-obra: o recurso ao trabalho compulsório e ao emprego da força de trabalho parcialmente convertida em mercadoria ajuda a estabelecer limites às reivindicações dos trabalhadores assalariados com maior poder de barganha.

Nota-se portanto que a divisão do trabalho que articula a economia-mundo não é somente ocupacional, mas sobretudo regional: ela reflete uma *hierarquia de tarefas* que demandam níveis distintos de qualificação e de capitalização, determinando assim a transferência extensiva da mais-valia da periferia para o centro. Mas o quadro é um pouco mais complexo, pois entre o centro e a periferia da economia-mundo há uma zona intermediária razoavelmente favorecida pela divisão mundial do trabalho: a semiperiferia. Esta geralmente envolve áreas que antes faziam parte do centro do sistema, embora a conversão de regiões periféricas em semiperiféricas não seja incomum. Wallerstein confere muita importância a essa categoria:

*A semiperiferia [...] não é um artifício de pontos de corte estatísticos nem uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. Essas áreas têm um papel paralelo ao representado, mutatis mutandi, pelos grupos comerciais intermediários em um império. Elas desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados [...] nas áreas periféricas poderiam, de outro modo, dirigir contra os Estados do centro, contra os grupos que operam em seu interior e por meio de seu aparelho de Estado*²¹.

(21) Ibidem, pp. 349-50. grifo meu. Fernand Braudel, ao mesmo tempo que critica Wallerstein por estar "hipnotizado" pelo século XVI, reconhece a importância da semiperiferia: "... por meio de todos os avatares políticos da Europa, por causa deles ou a despeito deles, constituiu-se precocemente uma ordem econômica européia, ou melhor, ocidental, que ultrapassou os limites do continente, utilizando as suas diferenças de voltagem e as suas tensões. Bem cedo o 'coração' da Europa se viu cercado por uma semiperiferia próxima e um periferia longínqua. Ora, essa semiperiferia que oprime o coração, que o obriga a bater mais depressa — o Norte da Itália em redor de Veneza nos séculos XIV e XV, os Países Baixos em torno de Antuérpia —, é talvez a característica essencial da estrutura européia. Ao que parece, não há semiperiferia em torno de Pequim, Delhi, Ispahan, Istambul e até de Moscou" (Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo — séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, vol. III, p. 45).

Ao combinar características dos dois extremos que polarizam a economia-mundo capitalista, os Estados semiperiféricos atuam como zonas periféricas em relação aos Estados do centro e simultaneamente como centro em relação à periferia. Essa posição intermediária reduz a tensão entre os extremos, contribuindo assim para preservar o sistema-mundo moderno. Mas ela também exerce uma função dinamizadora: nos períodos de contração econômica, quando se intensifica a luta para açambarcar um quinhão do excedente mundial em declínio, alguns Estados semiperiféricos podem tirar proveito de sua constituição híbrida e ameaçar o centro do sistema²².

Examinaremos agora o escopo temporal do sistema-mundo moderno. A duração de *qualquer* sistema-mundo compreende três "períodos": a sua gênese, o período de "funcionamento normal" (relativamente longo) e o seu declínio. A gênese e a derrocada de um sistema-mundo se caracterizam pelo fato de seus desdobramentos serem *intrinsecamente imprevisíveis*, ao passo que o período de desenvolvimento regular é presidido por contradições internas que modelam a sua evolução, de modo que o argumento que se segue diz respeito somente a esse período.

A evolução do sistema-mundo moderno apresenta duas dimensões inter-relacionadas. A primeira se refere às *tendências seculares*, que derivam das contradições fundamentais do sistema e estão diretamente relacionadas à sua duração. Representam uma das chaves para a apreensão da *estrutura* do sistema-mundo moderno, embora sejam tendências à primeira vista mais sujeitas a indeterminação do que os ritmos cíclicos, que comentaremos em seguida. Na literatura recente, a tendência secular — ou logística — é fortemente associada ao movimento dos preços em intervalos de 150-300 anos, que compõe o famoso — e ainda inexplicado — padrão secular de inflação e deflação. A despeito do grande esforço dos adeptos da perspectiva do sistema-mundo, os estudos sobre esse tema ainda não renderam resultados satisfatórios²³.

Wallerstein identifica três (sub)tendências que, combinadas, explicariam grande parte da dinâmica das tendências seculares: a pressão dos níveis reais de remuneração do trabalho sobre os custos de produção (a resultante do conflito entre capital e trabalho); o custo progressivo dos insumos materiais (não só o preço de compra das matérias-primas, mas sobretudo os custos de sua transformação, do tratamento dos resíduos e da proteção ambiental); e a elevação da pressão tributária, que deriva da

(22) Cf. Wallerstein, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, pp. 96-101.

(23) Cf. Research Working Group on Cyclical Rhythms and Secular Trends. "Cyclical rhythms and secular trends of the capitalist world-economy: some premises, hypotheses and questions". *Review*, vol. II, nº 4, 1979.

intensificação da rivalidade interestatal e do custo da preservação da estabilidade social no interior dos Estados (resposta às demandas sociais, repressão e cooptação de movimentos contestatórios etc.). Essas três tendências interagem a todo momento, impondo obstáculos à acumulação. A superação desses obstáculos intensifica a luta de classes, a tensão entre as classes e os aparelhos de Estado e a rivalidade interestatal. Produzem assim as complexas linhas de força que moldam a trajetória do sistema²⁴.

A segunda dimensão é a dos *ciclos conjunturais* ou *ritmos cíclicos*, que simultaneamente influenciam as tendências seculares e são por elas influenciados. Na economia-mundo capitalista os ciclos conjunturais mais importantes comportam-se de forma análoga aos ciclos de Kondratieff. Duram cerca de cinquenta anos e são constituídos por duas fases: expansão e contração. No entanto, Wallerstein concebe esse tipo de ciclo de forma bastante particular. A lógica que rege o seu funcionamento não se esgota na discrepância entre a oferta e a procura²⁵. Pelo contrário, a sua dinâmica está intimamente relacionada às tensões que modelam o sistema-mundo e aos conflitos que eclodem na arena sociopolítica. A oferta não cria a sua própria demanda. Se assim fosse, o capitalismo não seria um modo de produção tão turbulento. A demanda é uma função da distribuição do excedente, a qual, ao contrário da variação da oferta, *não* deriva fundamentalmente de decisões individuais de investimentos visando a acumulação. A distribuição do excedente resulta do conflito local e global entre os diversos grupos, classes e estratos que fazem parte do sistema-mundo moderno. Desse modo, a contradição entre os interesses imediatos e de longo prazo desses grupos exerce uma influência decisiva na dinâmica dos ciclos de Kondratieff: os conflitos de interesse são permanentes, mas as lutas agudas são mais descontínuas, pois geralmente resultam em compromissos relativamente duradouros. Assim, é a variação *contínua* da oferta, combinada à variação descontínua da procura, que rege os ciclos de Kondratieff²⁶.

Como já sugerimos, o sistema-mundo moderno é uma *economia-mundo capitalista*. Com esse termo estamos descrevendo tanto a sua estrutura formal quando o seu modo de produção, visto que estes são inseparáveis. Essa economia-mundo é regida por uma "lei do valor", que determina a distribuição da maior parcela do excedente para aqueles que dão prioridade à diretriz fundamental do sistema: a incessante acumulação de capitais. Assim, *acumular por acumular*— isto é, o capital como valor que valoriza a si próprio — representa o princípio nuclear que orienta todo o sistema e lhe confere sentido. Isso não quer dizer que todos os seus membros operam implacavelmente com base nessa "lei do valor". Em consonância com os fundamentos do sistema, porém, todas as instituições da economia-mundo capitalista prestam-se a recompensar materialmente os que aderem ao seu princípio básico e a punir indiretamente os que não o fazem²⁷.

A economia-mundo capitalista possui uma superestrutura política bastante peculiar, composta por uma rede heterogênea de Estados "sobera-

(24) Cf. Wallerstein, *Globalization...*, loc. cit., pp. 6-12.

(25) As interpretações recentes sobre os ciclos de Kondratieff podem ser divididas quanto à ênfase na exaustão da tecnologia, na expansão exagerada do capital ou na produção primária excedente, mas praticamente todas compartilham uma característica comum: a base do mecanismo é o periódico desequilíbrio entre a oferta e a procura (cf. Idem. "Long waves as capitalist process". *Review*, vol. VII, nº 4, 1984, pp. 567-69).

(26) Wallerstein sugere que existem outros ritmos cíclicos em ação; "A economia-mundo capitalista tem-se mantido por um longo tempo, como todo sistema, mediante mecanismos que restauram o seu equilíbrio toda vez que seus processos se afastam muito dele. O equilíbrio nunca é restaurado imediatamente, mas apenas depois de desviar-se suficientemente da norma, e, é claro, nunca é restaurado perfeitamente. Uma vez que necessita que os desvios atinjam um certo grau antes de disparar os contramovimentos, a economia-mundo capitalista, como qualquer outro sistema, possui ritmos cíclicos de vários tipos. Discutimos um dos principais ciclos que ela desenvolve, chamados de Kondratieff. Estes não são os únicos" (Idem, *Globalization...*, loc. cit., p. 10). Com efeito, ele faz constantes alusões a uma série de ciclos breves e médios ("Kitchin", "Juglar", "Kuznets" etc.), mas só comenta os ciclos de Kondratieff.

(27) Cf. Idem. "Typology of crises...", loc. cit., pp. 584-85; "The West...", loc. cit., pp. 566-80; "The modern-world system and evolution". *The Journal of World-System Research*, vol. 1, nº 19, 1995, pp. 3-5.

nos", que Wallerstein denomina como "sistema interestatal". Embora envolva toda a economia-mundo, esse sistema não pode ser considerado uma *estrutura política unitária*, pois nenhum grupo ou Estado tem poder suficiente para controlar efetivamente todo o sistema. Um Estado pode ser *hegemônico*, isto é, capaz de influenciar o sistema interestatal mais do que qualquer outro Estado, conjunto de Estados ou organizações supranacionais e colher os benefícios que derivam dessa influência, mas não podemos dizer que ele *controla* o sistema interestatal e muito menos a economia-mundo: a Grã-Bretanha não controlava o sistema-mundo moderno tal como ele existia no século XIX, assim como os Estados Unidos não controlam o sistema-mundo contemporâneo²⁸. Trata-se, portanto, da recriação da *soberania parcelar*.

Para Wallerstein, essa estrutura política singular contribui de maneira decisiva para o fortalecimento da economia-mundo capitalista. Como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas tomadas individualmente, o grande capital ganha uma margem de manobra extremamente ampla: uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar as suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e ao mesmo tempo realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de retorno. A própria fluidez do sistema interestatal reforça a tendência à incessante acumulação de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados nacionais que o integram: os Estados do centro lutam para preservar a sua posição privilegiada, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas. Comportam-se portanto como capitalistas individuais, lutando para expandir a sua base tributária, racionalizar os seus quadros burocráticos e sobretudo incrementar seu poder de atuação no cenário internacional²⁹.

Há ainda uma categoria importante a ser discutida: a *arena externa*. Com esse termo Wallerstein denomina as variadas formas de impérios-mundo, economias-mundo e minissistemas que não são parte constitutiva do sistema-mundo moderno, embora possam com ele estabelecer relações (comerciais, bélicas etc.). Visto que a reprodução da economia-mundo moderna *exige* a expansão intensiva e extensiva de sua produção e de suas fronteiras espaciais, a arena externa vê-se sistematicamente incorporada ao sistema-mundo moderno³⁰. O tipo de inserção, na periferia ou na semiperiferia do sistema-mundo, depende do poder relativo das estruturas políticas presentes nas regiões recém-incorporadas.

Trata-se portanto de uma categoria definida pela negatividade, com uma importante implicação: um elemento da arena externa só entra para a história do sistema-mundo moderno no momento em que é por ele incorporado, isto é, exatamente quando deixa de fazer parte da arena externa para converter-se em uma zona periférica ou semiperiférica da economia-mundo capitalista. Assim, *mutatis mutandis*, não é difícil notar que na perspectiva do sistema-mundo a arena externa opera de forma análoga à noção marxista de "formações sociais pré-capitalistas"³¹.

(28) Wallerstein desenvolve a tese polêmica de que o sistema interestatal está sujeito a um *ciclo de hegemonias* que atua conjuntamente com a tendência secular, embora de forma complexa, pois a dinâmica dos ciclos hegemônicos não pode ser reduzida à da tendência secular (e vice-versa). As hegemonias são autodestrutivas, pois implicam um aumento progressivo dos custos, que por sua vez deriva da rivalidade interestatal (ao mesmo tempo que a alimenta). Quando uma potência hegemônica entra em declínio as demais potências lutam para ocupar o seu lugar, o que geralmente resulta em longos conflitos geopolíticos e por fim num recentramento do sistema. Assim, o estabelecimento de uma nova hegemonia redefine o eixo mundial de divisão do trabalho e, concomitantemente, toda a configuração da economia-mundo. Historicamente, o sistema-mundo moderno vivenciou até o momento três ciclos hegemônicos, de duração e intensidade variadas: o holandês, o britânico e o norte-americano (cf. Idem. "The three instances of hegemony in the history of the capitalist world-economy". *International Journal of Comparative Sociology*, vol. XXIV, nº 1/2, 1983). Essa sucessão e o modelo básico que a sustenta são quase unânimes entre os adeptos da perspectiva do sistema-mundo, embora Giovanni Arrighi acredite que tem algo muito diferente a dizer sobre isso (cf. "The three hegemonies of historical capitalism". *Review*, vol. XIII, nº 3, 1990).

(29) Nesse sentido, o Estado é ao mesmo tempo baluarte e uma ameaça constante para os grandes acumuladores de capital: "O Estado pode ser o predador primário; nenhum predador foi tão eficaz historicamente quanto um imperador situado no topo de uma estrutura redistributiva. Algo que fosse capaz de reproduzir uma estrutura política como esta, baseando-se na eficiência técnica do mundo moderno, seria a nêmesis da acumulação incessante de capitais" (Wallerstein, "The modern-world system and evolution", loc. cit., p. 10). Portanto, o aniquilamento do sistema interestatal e a conversão da economia-mundo capitalista em um poderosíssimo império-mundo são um desdobramento possível, embora pouco provável.

(30) Cf. Idem, *The modern world-system I*, loc. cit. cap. 6.

(31) Essa dimensão do problema foi percebida por Teshale Tibebu (op. cit., pp. 132-33): "O grande 'perigo' para a teoria parece derivar da não-problematização da 'arena externa'. Aque-

Características epistemológicas da perspectiva do sistema-mundo

i) *Globalidade*. Como já observamos, a teoria da modernização é internacional por definição, já que fundamentada basicamente na comparação sistemática entre Estados "soberanos", mas nunca foi *global* — pelo menos não no sentido proposto por Wallerstein. Para ele, por sistema-mundo devemos entender uma *unidade* cujas partes integrantes não podem ser analisadas separadamente. Sendo assim, os processos do sistema-mundo são sempre *totais*³².

ii) *Historicidade*. Esse aspecto decorre do anterior. Se há realmente um sistema-mundo, isto é, uma totalidade espaço-temporal efetiva, apenas *a sua história* — como um todo, e não a história de suas subunidades tomadas separadamente — pode as explicar as suas sucessivas conformações, assim como a sua feição contemporânea. Mas para tanto é necessário delimitar as fronteiras (espaço)temporais do sistema-mundo moderno, procedimento que tem suscitado acirradas polêmicas³³. Wallerstein é enfático: a historicidade não pode ser confundida com a "história da ciência social" praticada nos últimos 25 anos, em que os dados disponíveis sobre o passado são utilizados fundamentalmente para testar as generalizações teóricas derivadas das análises do cenário contemporâneo³⁴.

iii) *Unidisciplinaridade*. Se as duas constatações anteriores forem verdadeiras, a usual divisão entre as arenas política, econômica e sociocultural como esferas regidas por lógicas particulares não pode ser sustentada. Assim, unidisciplinaridade não significa multidisciplinaridade, já que a abordagem multidisciplinar, mesmo combinando elementos e descobertas de diversas áreas, respeita as fronteiras entre as ciências sociais. Em outros termos, a análise do sistema-mundo demanda a constituição de uma *ciência unitária*.

iv) *"Holismo" ou totalismo*. Essa noção fundamenta as anteriores e ao mesmo tempo é fundamentada por elas. Quando se estuda um sistema-mundo, as fronteiras entre as ciências sociais deixam de fazer sentido. Essas fronteiras, socialmente construídas entre 1850 e 1945, refletem a ideologia liberal, que de tão arraigada se tornou quase invisível. O conceito de sistema-mundo é sobretudo uma negação da perspectiva liberal: a *totalidade* do sistema é a unidade que confere sentido às partes. Desse modo, como já assinalamos, toda análise, mesmo que setorial, define-se e deve ser presidida pela totalidade. Mas é necessário dar mais um passo. Mesmo entre os defensores da unicidade da ciência social há uma forte tendência a dissociá-la da história, nos seguintes termos: a ciência social é abstrata e generalizante (nomotética), enquanto a história é concreta e particularizante (ideográfica). Dessa distinção derivam pelo menos duas posições diferentes: o diálogo entre a ciência social e a história é teoricamente impossível; esse diálogo é possível e desejável, mas isso não implica a possibilidade de fusão entre as duas "disciplinas", ou seja, a ciência social não pode ser reduzida à história e vice-versa. Wallerstein e boa parte dos adeptos da

les que são 'incorporados' são povos, embora sejam enterrados sob uma longa cadeia de mercadorias. A sua história precisa ser completamente estudada. Esse estudo deve começar pela rejeição da 'arena externa' tomada como a versão das 'formações pré-capitalistas' da teoria do sistema-mundo. O residualismo é uma pesada manta que sufoca o livre fluxo do ar da história". Note-se aliás que Tibebe fala de uma *teoria* do sistema-mundo em constituição.

(32) "Globalidade não é globalização. Como tem sido usado por muitas pessoas nos últimos dez anos, o termo 'globalização' refere-se a um processo tido como novo, cronologicamente recente, em que os Estados supostamente *não mais consistem* nas unidades decisórias, mas estão agora, e apenas agora, inseridos numa estrutura denominada por alguns como 'mercado mundial', uma entidade um tanto mítica e seguramente reificada que dita as regras" (Wallerstein, *Globalization...*, loc. cit., p. 107).

(33) O debate sobre a longevidade do sistema-mundo moderno é crucial para a perspectiva do sistema-mundo. No entanto, algumas das posições em conflito são, no mínimo, exóticas. A mais extravagante é certamente a derivada de Andre Gunder Frank e de Barry Gills: o presente *sistema mundial* teria quase cinco mil anos, pois teria surgido por volta de 2500 a.C. (talvez mais cedo!), com as conexões "sistêmicas" estabelecidas entre a Ásia Oriental, a Europa Ocidental e o Sul da África, que formaram uma unidade que já recebeu várias designações, tais como "ecúmeno", "ilha da terra" e "civilização central" (cf. Frank, Andre G. "A theoretical introduction to 5,000 years of world system history". *Review*, vol. XIII, nº 2, 1990; Frank, Andre G. e Gills, Harry K. "The five thousand year world system: an interdisciplinary introduction". *Humboldt Journal of Social Relations*, vol. 18, nº 2, 1992). Para a crítica dessa posição, cf. Amin, Samir. "The ancient world-systems versus the modern capitalist world-system". *Review*, vol. XIV, nº 3, 1991; Arrighi, Giovanni. "The world according to Andre Gunder Frank" e Wallerstein, Immanuel. "Frank proves the European miracle". *Review*, vol. XXII, nº 3, 1999-

(34) Wallerstein, "The rise and future demise...", loc. cit., p. 107.

perspectiva do sistema-mundo têm se esforçado para superar essa clássica e não resolvida antinomia ideográfico-nomotética. O resultado dessa superação seria a constituição efetiva do que Wallerstein denomina "ciência social histórica". O pressuposto básico dessa nova ciência é relativamente simples: conceitos e teoremas (abstrações generalizadoras) possuem raízes históricas e, assim, somente são válidos dentro de certos parâmetros do espaço-tempo³⁵. Assim, nenhuma generalização é a-histórica (universal). Por outro lado, é impossível tratar qualquer conjunto particular de circunstâncias no passado sem usar (de forma consciente ou não) conceitos, que implicam teoremas e generalizações³⁶.

Considerações finais

A tentativa de superação da antítese nomotético-ideográfica, a ênfase na totalidade, na unicidade de ciência e a introdução da história como uma variável decisiva na compreensão dos sistemas sociais³⁷ são (ou foram?) os parâmetros fundamentais da perspectiva do sistema-mundo. No entanto, a preocupação quase obsessiva com os ritmos cíclicos e a "lógica sistêmica"³⁸ dos sistemas-mundo — tendencialmente funcionalista — pode se tornar uma camisa-de-força, esterilizando as potencialidades dessa modalidade de reflexão. A atual convergência entre alguns dos praticantes da perspectiva do sistema-mundo e a "teoria da complexidade", derivada do que se convencionou denominar "*New Science*"³⁹, é indício de um provável desca-minho.

Simplificando um pouco as coisas, podemos dizer que a teoria da complexidade tende a oscilar entre dois pólos. *i*) Os fenômenos do mundo real são freqüentemente caóticos, instáveis, de modo que a sua análise deve se fundamentar predominantemente em estimativas probabilísticas. *ii*) No seio da aparente onipresença do caos há sistemas complexos, dotados de ordem interna, baseados em leis determinísticas e que geram padrões discerníveis. Sob o impulso de suas próprias leis, no entanto, todo e qualquer sistema tende a se desagregar, isto é, a entrar na "fase de bifurcação": as oscilações tornam-se cada vez mais abruptas e aleatórias. Quando se atinge esse ponto, as leis que ordenavam o sistema não são mais capazes de fazê-lo. A partir daí, um ou vários novos sistemas podem surgir. Mas enquanto um novo conjunto de leis internas não for consolidado a trajetória do sistema é intrinsecamente imprevisível⁴⁰.

Pode parecer surpreendente, mas essa discussão, que se situa no âmbito da *física*, despertou o interesse de alguns adeptos da perspectiva do sistema-mundo. Essa estranha influência tem sido reforçada por proposições catastrofistas sobre o inevitável declínio do sistema-mundo capitalista, previsto para ocorrer por volta de 2025-50, com a inversão do Kondratieff atual. A peculiaridade é que isso deverá ocorrer durante uma tendência secular declinante, isto é, uma deflação secular, contrariamente à inflação

(35) Sobre a indissociabilidade entre tempo e espaço e a tipologia dos diversos espaços-tempos, cf. Idem, *Unthinking social science*, loc. cit., pp. 135-48; *The time of space...*, loc. cit.; "Time and duration: the unexcluded middle". Nova York: Fernand Braudel Center, 1996 (série Papers).

(36) Essa dimensão do pensamento de Wallerstein é decisiva para o desenvolvimento da perspectiva do sistema-mundo, ou melhor, para a sua conversão numa "teoria", mas não é possível desenvolver aqui um tema tão vasto. Cf. Wallerstein, *Unthinking social science*, loc. cit.; "History in search of science". *Review*, vol. XIX, nº 1, 1996; *The time of space...*, loc. cit.; "The challenge of maturity...", loc. cit.; "The tasks of historical social science: an editorial" *Review*, vol. I, nº 1, 1977; *Social science and Contemporary society* ..., loc. cit.

(37) De acordo com os preceitos da perspectiva do sistema-mundo, toda estrutura é histórica: para conhecer uma estrutura é necessário não só conhecer a sua gênese, mas também assumir que sua forma e sua substância estão em contínua transformação.

(38) Chase-Dunn, Christopher. "The comparative study of world-systems". *Review*, vol. XV, nº 3, 1992, pp. 319-27.

(39) Cf. Lee, Richard. "Reading's in the 'New Science': a selective annotated bibliography". *Review*, vol. XV, nº 1, 1992; *Cultural Studies as Geisteswissenschaften? Time, objectivity, and the future of social science*. Nova York: Fernand Braudel Center, 1997 (série Papers); Wallerstein, "History in search of science", loc. cit.

(40) Cf. Birken, Lawrence. "Chaos theory and Western civilization". *Review*, vol. XXII, nº 1, 1999; Ekeland, Ivar. "What is chaos theory?". *Review*, vol. XXI, nº 2, 1998; Prigogine, Ilya. "The laws of chaos". *Review*, vol. XIX, nº 1, 1996.

secular que caracterizou o século XX, combinada com a radicalização das contradições fundamentais da economia-mundo moderna. Quem tomou a dianteira nesse tipo de previsões foi o próprio Wallerstein:

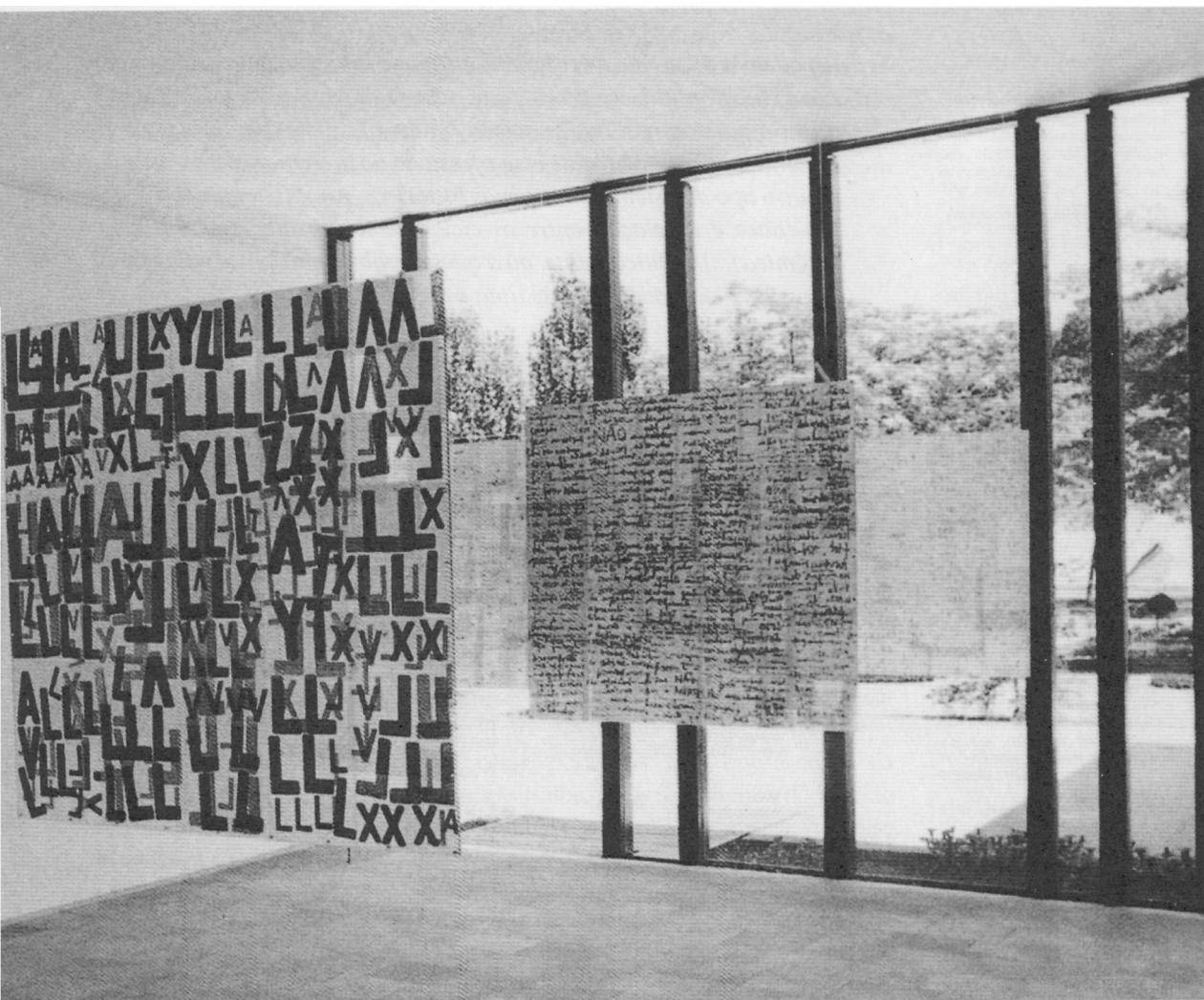
... podemos dizer que a economia-mundo capitalista entrou agora em sua crise terminal, uma crise que deverá durar cerca de cinquenta anos. A questão real que se coloca à nossa frente é o que irá ocorrer durante essa crise, durante essa transição do presente sistema-mundo a outro tipo de sistema ou sistemas históricos. Analiticamente, a questão-chave é a relação entre os ciclos de Kondratieff [...] e a crise sistêmica [...]. Politicamente, há a questão sobre que tipo de ação social é possível e desejável durante uma transição sistêmica⁴¹.

A incorporação de elementos da teoria da complexidade, em conjunto com a ênfase no caráter *determinante* dos ciclos médios (uma capitulação frente à "teoria da regulação"?), está levando a perspectiva do sistema-mundo a um ponto de inflexão, em que as suas características mais frutíferas estão sendo eliminadas. Em uma análise inspirada na desintegração sistêmica inevitável, tal como esboçamos acima, qual é o lugar efetivo da história? Onde está a superação da antinomia nomotético-ideográfica?

(41) Wallerstein, *Globalizati-on...*, loc. cit., p. 9.

Recebido para publicação em 20 de maio de 2004.

Eduardo Barros Mariutti é sociólogo, mestre em História Econômica e doutorem Economia pelo IE-Unicamp.



Sem título "Objetos gráficos" 1968

Bienal de Veneza

Óleo, escrita datilográfica e letreset sobre papel-arroz
montado em placas de acrílico transparente

Foto Giacomelli